



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS CODÓ
CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANIELA DOS REIS SOUSA

**ENDIVIDAMENTO NO CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DO
ORÇAMENTO DOMÉSTICO DE FAMÍLIAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA
UEMA CAMPUS CODÓ**

CODÓ-MA
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

DANIELA DOS REIS SOUSA

**ENDIVIDAMENTO NO CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DO
ORÇAMENTO DOMÉSTICO DE FAMÍLIAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA
UEMA CAMPUS CODÓ**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Universidade Estadual do Maranhão- Campus Codó, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Mateus Feld

CODÓ-MA

2023

Sousa, Daniela dos Reis

Endividamento no contexto pandêmico: uma análise do orçamento doméstico de famílias da comunidade acadêmica da UEMA Campus Codó/ Daniela dos Reis Sousa.– Codó, 2023.

42 f.

Artigo Científico (Graduação) – Curso Bacharelado em Ciências Contábeis, Campus Codó, Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Me. Mateus Feld.

1. Pandemia. 2. Covid-19. 3. Endividamento. 4. Famílias. 5. Orçamento doméstico. I. Título.

CDU: 64.031.2:616-036.21(812.1)

DANIELA DOS REIS SOUSA

**ENDIVIDAMENTO NO CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DO
ORÇAMENTO DOMÉSTICO DE FAMÍLIAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA
UEMA CAMPUS CODÓ**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Universidade Estadual do Maranhão - Campus Codó, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

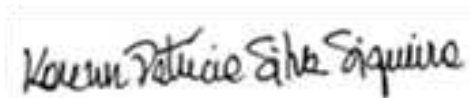
Orientador: Prof. Me. Mateus Feld

Aprovado em: 19 / 01 / 2023.

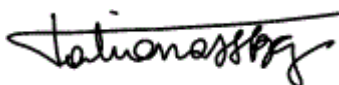
BANCA EXAMINADORA



PROF. ME. MATEUS FELD (ORIENTADOR)
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS



PROFª. MA. KARENN PATRÍCIA SILVA SIQUEIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



PROFª. DRA. TATIANA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS GIACOBBO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

RESUMO

A pandemia de COVID-19 iniciada em 2020 afetou a realidade brasileira em diversas esferas, desde a sanitária, até a social e a econômica. Além da crise de saúde causada pela doença, os impactos sobre o mercado de trabalho, consumo e a renda das famílias foram profundos, o que desencadeou numa crise econômica. Como resposta aos efeitos prejudiciais à economia, o governo federal lançou uma série de medidas emergenciais de suporte à população, incluindo transferência direta de renda, o Auxílio Emergencial. Posto este cenário, o presente trabalho analisou como a crise econômica desencadeada durante a pandemia afetou o orçamento doméstico das famílias da comunidade acadêmica da UEMA entre os anos de 2020 a 2022. A pesquisa teve caráter quantitativo, e utilizou como instrumento o questionário, aplicado de forma *online*, para a coleta de dados das famílias. Os resultados encontrados identificaram que houve diversos cenários relativo à renda, havendo consideráveis aumentos sobre a renda de alguns grupos e quedas sobre algumas rendas, no entanto a renda nesse período prevaleceu estagnada como identificado no estudo. Com base na renda, também evidenciou que as famílias durante a pandemia se classificavam em três perfis socioeconômicos, maioria pertencente às classes de renda mais baixa, D e E, porém, constatou uma minoria pertence à classe mais alta em relação às demais sendo a classe C. Além disso, evidenciou que o endividamento no meio familiar aumentou, atingindo 41,07% das famílias da amostra, devido às modalidades de cartão de crédito, financiamento e crédito consignado, ademais 74,11% das famílias foram beneficiadas com os programas instituídos durante a pandemia sendo o auxílio emergencial como o principal benefício recebido pelos participantes 64,75% e uma pequena parcela com o PEMER 5,36%.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Endividamento. Famílias. Orçamento Doméstico.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic that started in 2020 affected the Brazilian reality in several spheres, from health, to social and economic ones. In addition to the health crisis caused by the disease, the impacts on the labor market, consumption and family income were profound, which triggered an economic crisis. In response to the harmful effects on the economy, the federal government launched a series of emergency measures to support the population, including direct cash transfers, the Emergency Aid. Given this scenario, the present work analyzed how the economic crisis triggered during the pandemic affected the household budget of families in the academic community of UEMA between the years 2020 to 2022. The research was quantitative in nature, and used the questionnaire as an instrument, applied in online form, for the collection of data from the families. The results found identified that there were several scenarios related to income, with considerable increases on the income of some groups and falls on some incomes, however the income in this period prevailed stagnant as identified in the study. Based on income, it also showed that families during the pandemic were classified into three socioeconomic profiles, the majority belonging to the lowest income classes, D and E, however, it found a minority belonged to the highest class in relation to the others, being the social class C. In addition, it showed that indebtedness in the family environment increased, reaching 41.07% of the families in the sample, due to the types of credit card, financing and payroll loans, in addition, 74.11% of the families benefited from the programs instituted during the pandemic with emergency aid as the main benefit received by participants 64.75% and a small portion with PEMER 5.36%.

Keywords: Pandemic. COVID-19. Indebtedness. Families. Domestic Budget..

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Estratificação da amostra.....	17
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de faixa etária dos participantes do estudo.....	18
Tabela 2- Mudanças ocorridas nas faixas salariais entre 2020 e 2022.	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Frequência de participação de cada categoria	18
Gráfico 2- Renda Familiar	19
Gráfico 3 - Percentual da renda poupada ou investida.....	22
Gráfico 4 - Análise do endividamento	23
Gráfico 5 - Modalidades de Endividamento	24
Gráfico 6 - Situação ocupacional no mercado de trabalho	25
Gráfico 7- Índice de beneficiados pelos programas.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 Orçamento familiar e endividamento	11
2.2 Pandemia, crise econômica e mercado de trabalho.....	12
2.3 Medidas governamentais durante a pandemia do COVID-19	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	16
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
4.1 Renda familiar durante a pandemia.....	19
4.2 Endividamento e hábitos financeiros	22
4.3 Mercado de trabalho e políticas governamentais	25
5 CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO-TCLE	33
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICANTES.....	34

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, anunciada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, impactou de forma generalizada a população brasileira, afetando não somente a saúde dos cidadãos, mas todos os setores da economia (DAURA, 2020). Houve uma visível estagnação do país, com um alto número de mortes, queda da população e das receitas dos estados, alinhadas a um aumento no desemprego e nos índices de pobreza (PEREIRA, 2020).

Desde então, a pandemia afeta gravemente o orçamento das famílias brasileiras (SOUZA E FORMENTINI, 2021), o que levou a um aumento no número de lares com obrigações financeiras. De acordo com os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) o endividamento entre as famílias atingiu em abril de 2021 o índice de 67,5% concretizando um aumento de 0,2% em relação ao mês anterior (CNC, 2021).

Estudos realizados pelo SERASA (2021), mostram que houve um aumento de 30% no desemprego, e a dependência do cartão de crédito (que vem suprindo a necessidade de muitas famílias na compra de insumos básicos), está entre os principais causadores do endividamento durante o período pandêmico. Para Daura (2020), esse aumento poderá causar, no futuro, uma piora nos indicadores de pobreza, evidenciando assim, a vulnerabilidade da sociedade mais desprecavida, que não detém de recursos para o combate à pandemia.

Dessa forma, considerando a gravidade da problemática levantada, o presente estudo busca compreender de quais formas a pandemia afetou os orçamentos e o endividamento das famílias, utilizando como objeto de estudo as famílias da comunidade acadêmica, se limitando apenas aos cursos de administração e ciências contábeis mais os docentes, funcionários administrativos e demais funcionários da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) no Campus de Codó (MA). Posto isso, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: **Quais os fatores que afetaram o endividamento das famílias da comunidade acadêmica da UEMA, campus Codó, durante a crise econômica gerada pela pandemia de COVID-19 entre 2020 a 2022?**

O objetivo geral da pesquisa, portanto, é analisar o comportamento do orçamento e endividamento das famílias da comunidade acadêmica. Por conseguinte, tem-se os objetivos específicos: (1) identificar o perfil socioeconômico das famílias da comunidade acadêmica da UEMA; (2) descrever os tipos de dívidas que colaboram para o endividamento; (3) verificar se as famílias foram de alguma maneira beneficiadas pelas políticas governamentais de combate à crise econômica no período delimitado pelo estudo.

O presente trabalho se torna relevante por agregar à literatura informações para o preparo e combate ao endividamento em tempos de crise econômica. Dessa forma, possibilita identificar importantes fatores que elevam o risco de endividamento em momentos de instabilidade causadas por fatores exógenos, como uma pandemia.

Com o início da emergência sanitária, houve o surgimento de restrições que foram impostas a toda sociedade, impedindo, principalmente, a circulação de pessoas, resultando na diminuição da renda da população, aumento no índice de desemprego, alta dos cidadãos inadimplentes e, além das rescisões contratuais. (FERNANDES; FERMENTÃO, 2020). Assim, o período pandêmico foi um fator crítico para o aumento excessivo do endividamento da população. Logo, tal cenário reforça a necessidade do desenvolvimento de investigações cujo escopo contemple estudar de forma específica e aprofundada esse cenário atípico.

Os resultados da pesquisa também poderão contribuir para a conscientização da comunidade em geral, auxiliando as instituições públicas e privadas a prepararem importantes medidas de prevenção e segurança econômico-financeira em tempos de fragilidade. Ademais, este trabalho diferencia-se de outros por evidenciar registros inexplorados acerca dos índices de endividamento de famílias da comunidade acadêmica, e como seus orçamentos foram afetados pela pandemia.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções. A segunda seção traz a revisão da literatura sobre os efeitos da pandemia na economia brasileira. Na seção seguinte é detalhada a metodologia empregada na pesquisa. A quarta seção evidencia os resultados obtidos no estudo. Por fim, na última seção do trabalho, apresentam-se as considerações finais e recomendações para investigações futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Orçamento familiar e endividamento

A falta de preparo no que diz respeito à educação financeira é um constante problema no Brasil. No decorrer dos anos, desenvolveu-se na sociedade o costume de não realizar o planejamento das finanças pessoais, e muito menos de praticar o ato de poupar parte da renda (LUZ; AYRES; MELO, 2019), o que impossibilita que as pessoas economizem recursos e se preparem para emergências.

Num cenário em que a economia vem constantemente sofrendo com instabilidades, o consumo excessivo de bens e serviços, juntamente com a falta de planejamento financeiro dos recursos, afeta diretamente a qualidade de vida de grupos, indivíduos e famílias. Isso torna de

suma importância a necessidade de se refletir sobre o desenvolvimento do orçamento familiar na economia da família (JUNIOR; MELO; SILVA, 2018). O orçamento é essencial na organização das obrigações financeiras, já que tem o objetivo de realizar a separação das despesas dos ganhos.

Além disso, incentivar a educação financeira aos cidadãos que não conhecem o orçamento familiar proporciona-lhes o conhecimento para que tenham o melhor equilíbrio no uso dos recursos financeiros. (RIBEIRO et al., 2021). De fato, se a educação financeira for incentivada, mais pessoas poderão gerenciar os seus recursos pessoais, ou seja, os indivíduos passarão a poder avaliar se determinada despesa não irá comprometer a renda futuramente.

Um dos elementos que mais merece atenção dentro dos estudos relacionados a educação financeira é o crédito. O uso de maneira responsável do crédito proporciona uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, além de dinamizar a economia. Em contrapartida, seu uso excessivo e sem qualquer planejamento pode gerar consequências graves para os indivíduos, sua família e a sociedade, pois no extremo desse processo o tomador pode ser levado a uma condição de endividamento imprudente, o que diminui o bem estar. (BACEN, 2020).

De acordo com o Bacen (2020), o indivíduo que possui grande volume de dívidas, e consequentemente teve a sua capacidade de pagamento comprometida, será considerado como endividado. A permanência e baixa qualidade de crédito pode prejudicar na gestão dos seus recursos financeiros, como também na qualidade de vida, já que a modalidade de concessão de crédito por meio do cartão, alcançou 80,9% das famílias brasileiras, sendo um dos principais fatores para o aumento da dívida em 2021 (CNC, 2021). Ou seja, com a instabilidade financeira presente em diversas famílias durante a pandemia, acabou-se acarretando no aumento da utilização do crédito como principal fonte de recurso.

Dependendo do grau de endividamento, os cidadãos podem comprometer uma parte significativa da renda, o que torna-os incapazes de cumprir com os seus compromissos financeiros (KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015). O alto índice de endividamento pode levar os cidadãos à inadimplência e causar efeitos negativos sobre a atividade econômica. Com isso, as instituições devem ser mais rigorosas no momento da análise prévia, antes da liberação do crédito (BORTOLUZZI et al., 2015). A falta dessa verificação por parte das instituições concedentes de crédito contribui no número de pessoas endividadas, que desconhecem os seus limites e a sua capacidade de pagamento.

2.2 Pandemia, crise econômica e mercado de trabalho

A pandemia de COVID-19 que vem assolando o mundo foi noticiada pela primeira vez como pandemia em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou a comunidade internacional sobre os casos que surgiram na cidade de Wuhan, na China. Pouco tempo depois o vírus alastrou-se pelo mundo, causando rastros irreparáveis, como a perda de milhões de vidas. Além disso, muitos países durante esse período sofreram com impactos tanto na economia como no mercado de trabalho.

As percepções do isolamento social na sociedade brasileira, evidenciaram que durante a pandemia a renda da camada mais pobre teve o maior impacto (BEZERRA, et al. 2020). Ou seja, a população de menor poder aquisitivo foi a que mais sentiu o impacto sobre a composição da renda, ficando em situação mais vulnerável. Como resultado, o governo instituiu medidas que atendessem a sociedade cuja renda foi reduzida ou perdida devido às paralisações das atividades do mercado de trabalho.

Para reverter a situação do contágio no Brasil, o governo federal definiu medidas para o enfrentamento a pandemia, mediante a promulgação da lei nº 13.979/2020, que tem o objetivo de proteger a sociedade contra o COVID-19. A lei institui, em seu artigo 2º e incisos I e II, as medidas de o isolamento social e quarentena (BRASIL, 2020b), que se mostraram importantes normas tomadas para a preservação de vidas.

O Ministério da Saúde (MS) divulgou semanalmente o boletim epidemiológico, possibilitando identificar como a pandemia se propagou no Brasil. Os levantamentos realizados pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES) constataram que, durante o período de 26 de fevereiro de 2020 a 18 de junho de 2022, foram confirmados 31.693.502 casos e 669.010 mortes em decorrência do COVID-19 no Brasil (BRASIL, 2022).

Uma das principais consequências da pandemia no mercado de trabalho está relacionada com o desemprego, dado que as medidas de prevenção da propagação do COVID-19 incluíam o encerramento de alguns serviços, como método de distanciamento social (SOUZA, 2020). Além disso, a pandemia do novo Coronavírus dificultou financeiramente a vida dos trabalhadores informais, devido às rígidas medidas impostas, que impediram esses trabalhadores de realizar suas atividades (GRECO et al., 2021). Assim, percebe-se que durante o auge da pandemia, o mercado de trabalho esteve altamente desestabilizado, com várias implicações, sendo uma delas o aumento do desemprego, que, afetou diretamente a renda de diversas famílias.

Para Fernandes e Fermentão (2020), o fato de a renda da população estar diminuindo ao longo da pandemia estaria associado a fatores como estresse devido à expansão no número de casos, aliado também à insegurança criada em relação ao futuro profissional, econômico e

sanitário. Além disso, a redução da remuneração salarial proveniente da crise financeira e a falta de controle do cidadão com os gastos podem levar a uma situação de emergência (MELONIO; CEZERE; OLIVEIRA, 2021).

De acordo com Mattei e Heinen (2022), os efeitos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro se potencializaram pelo aumento do índice de desemprego, pela estagnação da renda no trabalho, pela diminuição da poupança das famílias e pela desproteção social que advém de anos anteriores à COVID-19. Com isso, percebe-se que a pandemia apenas intensificou os efeitos que recorrentemente estão presentes tanto na área social quanto econômica. O nível de informalidade entre os trabalhadores brasileiros vem crescendo desde 1990 no mercado de trabalho, em consequência da perda do dinamismo da economia nacional (COSTA, 2020).

O desemprego acelerou fortemente ao longo de 2020: segundo dados levantados pelo IBGE (2020), a taxa de desemprego brasileira era de 10,4% em maio, tendo chegado em 14,4% em setembro, evidenciando a alta no índice. Além disso, 879 mil pessoas foram afastadas do seu ambiente habitual de trabalho devido ao isolamento social, e consequentemente as empresas suspenderam a remuneração desses trabalhadores durante o período. Esses números dão destaque à instabilidade que se instaurou no mercado de trabalho brasileiro.

No estado do Maranhão o mercado de trabalho se mostrou bastante fragilizado, com o desemprego atingindo a marca de 17,2% da população em idade ativa no segundo semestre de 2021. Além disso, o estado ocupou uma das primeiras posições de informalidade em comparação aos outros estados brasileiros, com 60,5% dos trabalhadores em situação de informalidade. Assim, percebe-se a gravidade da situação do mercado de trabalho maranhense, dado que foi um dos estados que mais sofreram os impactos da pandemia.

2.3 Medidas governamentais durante a pandemia do COVID-19

A adoção de medidas emergenciais durante o período pandêmico, como o isolamento social, foi de extrema importância para o combate do Coronavírus e de suas consequências. Entretanto, muitas pessoas sofreram o impacto das ações tomadas pelo governo de forma desigual, já que nem todos poderiam praticar o isolamento, por questões financeiras e de trabalho. A vulnerabilidade social requer estratégias complexas de ação pública que busquem evitar o retorno a índices preocupantes de pobreza e desigualdade social (PECI, 2020).

É importante ressaltar a relevância do histórico e da familiaridade do governo brasileiro com políticas de transferência de renda no processo de priorização e seleção de possíveis soluções para a população (BRASIL; CAPELLA; FERREIRA, 2021). A experiência do

governo federal do Brasil em instituir programas que visem a geração de renda a população mais vulnerável contribuiu para agilizar o processo de criação de programas que atendessem a todos durante a pandemia.

Dentre as medidas tomadas para atender as necessidades financeiras dos cidadãos brasileiros durante a crise do Coronavírus, estão a adequação dos valores destinados aos titulares do Programa Bolsa Família (PBF), além das alterações dos critérios para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (GURGEL et al., 2020). Conforme previsto na lei n.º 13.982/2020, que dispõe de medidas para o enfrentamento a pandemia fornecendo parâmetros que caracterizem a situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2020a).

Com a promulgação da lei n.º 13.982, o governo federal cumpriu o seu dever em prestar assistência a população brasileira que se encontrava em situação de vulnerabilidade que além de instituir a reformulação de programas já existentes, implementou o auxílio emergencial. A disponibilização do auxílio se deu com urgência, porém, só foi possível graças ao contexto amplo das políticas sociais administrativas pelo Ministério da Cidadania, incluindo o CadÚnico e o PBF. (CARDOSO, 2020).

A implementação do Auxílio Emergencial contribuiu para que a população mais vulnerável pudesse suprir as suas necessidades básicas durante a pandemia de COVID-19. O auxílio teve o valor concedido em R\$ 600,00 durante o período de três meses aos trabalhadores que cumprissem certos requisitos, como: faixa etária de mínimo de 18 anos (com exceção de mães menores de idade); não possuir emprego formal; não ser beneficiário de algum outro benefício do governo federal, salvo aos beneficiários do Bolsa Família; renda familiar *per capita* mensal ser de até um 1/2 salário mínimo ou ter a renda em 3 salários mínimos. (BRASIL, 2020a).

O meio de transferência usado para a disponibilização do benefício foi a conta poupança social digital. No entanto, a inclusão digital continua sendo um desafio no Brasil, e se mostrou um grande inimigo da entrega do auxílio emergencial e dos instrumentos criados para as necessidades remotas, ora por problemas de acesso, ou pela dificuldade em atender à solicitação, mesmo sendo projetada para fornecer uma experiência de usuário de forma simplificada. (CARDOSO, 2020).

De acordo com dados do Ministério da Cidadania, a maior parte do público beneficiário do auxílio emergencial está concentrada na região nordeste, onde, no ano de 2020, 21.932.710 beneficiários estavam elegíveis ao recebimento do auxílio emergencial, o que corresponde a 38,03% dos 68.269.127 cidadãos que receberam o benefício em todo Brasil (BRASIL, 2021b). No município de Codó o número de beneficiários foi de 45.606 o que representa 36,96% de

123.368 da população codoense beneficiada no município (IBGE,2021), com elegibilidade para receber o benefício, sendo 18.371 correspondentes ao PBF, 8.107 referentes aos cidadãos que possuem apenas o cadastro único, e 19.128 aos beneficiários do auxílio emergencial. Esses números tornam evidente o tamanho do escopo que o programa emergencial tomou no país.

Além disso, com a aprovação da Medida Provisória nº 936/2020, os trabalhadores ganharam mais visibilidade, tendo melhores condições de trabalho durante o período pandêmico. A MP foi primordial, promovendo o programa emergencial de manutenção do emprego e da renda (PEMER) dos trabalhadores, garantindo a continuidade das atividades trabalhistas, mediante a realização de acordos individuais entre empregados e empresas para a suspensão ou redução do salário para evitar a demissão em massa (BRASIL, 2020c).

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O estudo conduzido é de caráter quantitativo, e o principal procedimento utilizado para coleta dos dados que permitiram atingir os objetivos do trabalho foi a aplicação de um questionário (*survey*). Esse instrumento permitiu a realização de perguntas estruturadas à amostra selecionada, de forma que, quando combinadas, possibilitam ao pesquisador descrever os respondentes a partir da coleta de dados empíricos (BABBIE, 1999).

Dessa forma, realizou-se o levantamento de informações a partir de uma amostra de famílias da comunidade acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão, provenientes de diferentes perfis socioeconômicos, para descrever as características do comportamento financeiro e de consumo das famílias frente ao impacto da pandemia em seus orçamentos. O formato de estudo adotado, em que a coleta dos dados é feita mediante questionário, permite o enriquecimento da pesquisa com a quantificação e análise estatística de dados primários (BABBIE, 1999).

A coleta dos dados foi realizada mediante o uso de questionário (disponível no apêndice B) sendo aplicado entre 17 de outubro a 28 de novembro de 2022, de forma *online*, por meio da plataforma *Google Forms*, via link direcionado para a comunidade acadêmica por meio dos canais da instituição de ensino. Além disso, para garantir a clareza e validação do questionário, foi realizado previamente um pré-teste a uma amostra piloto, possibilitando a realização de ajustes necessários antes da coleta dos dados. O questionário possuiu abordagem mista, contendo perguntas abertas (que permitem ao indivíduo responder de forma ampla, não se limitando a uma resposta só), e perguntas fechadas (que exigem a seleção de apenas uma resposta, tornando-se mais objetivas).

O estudo foi direcionado apenas aos acadêmicos dos cursos de administração e ciências contábeis, docentes e demais funcionários da instituição, totalizando a população de 312 indivíduos, conforme o Quadro 1. O questionário desenvolvido teve como base outros trabalhos semelhantes ao da pesquisa (BEZERRA 2020; MELONIO; CEZERE; OLIVEIRA, 2021), sendo estruturado em 22 perguntas divididas em três bloco de questões: (i) perfil socioeconômico das famílias dos participantes; (ii) os impactos da pandemia na renda familiar; e (iii) medidas governamentais adotadas que atingiram cada participante da pesquisa.

Quadro 1- Estratificação da amostra

Estratificação da amostra		
Categoria	População	Amostra
Aluno (a)	272	96
Professor (a)	20	8
Funcionário administrativo	13	5
Funcionário da área de serviços etc.	7	3
TOTAL	312	112

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Referente ao tamanho da amostra foi determinado mediante o cálculo de Hair Jr. et al. (2014), onde os autores determinam que para estudos exploratórios, o número de respostas coletadas durante a pesquisa deve ser pelo menos cinco vezes maior que o número de variáveis presentes no questionário. Portanto, seguindo às orientações a pesquisa deverá obter 5 vezes o número de variáveis que são 22 perguntas, resultando no mínimo em 110 participantes. Dessa forma, a presente pesquisa obteve 112 questionários validos para a realização das análises.

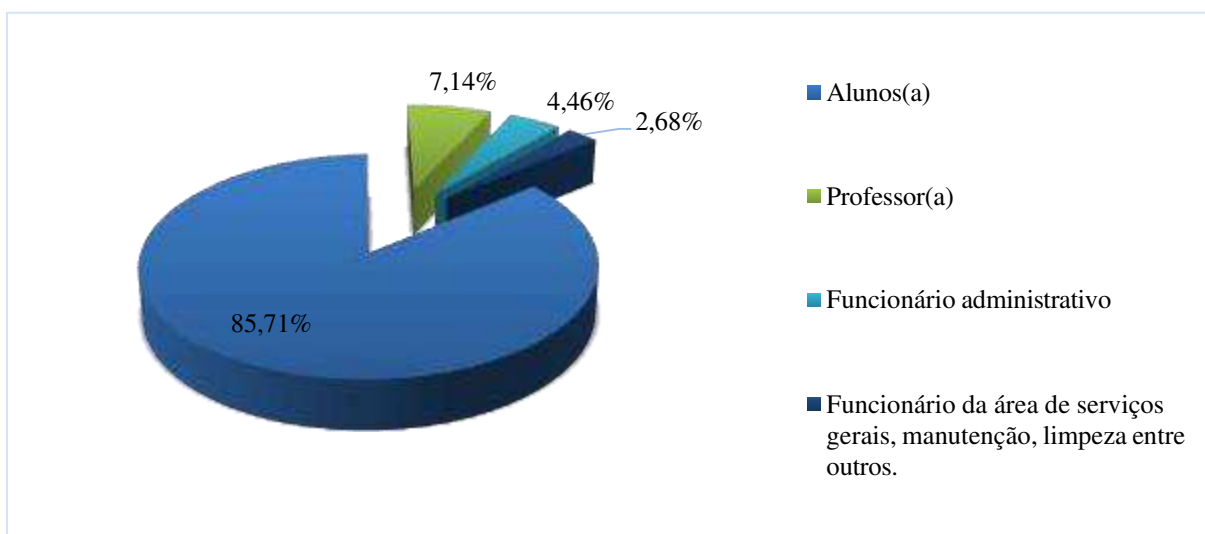
Após finalizada a coleta de respostas, os resultados foram apresentados e analisados através das análises descritiva e exploratória. Na análise descritiva os pesquisadores medem as distribuições empíricas por valores obtidos das variáveis que serão correlacionadas, que visa explicar e classificar os dados para obter informações (BABBIE, 1999). Dessa forma, as informações recolhidas podem ser quantificadas, para obtenção das variáveis presentes em diferentes grupos podendo ser medidas, comparadas e correlacionadas, com a finalidade de realizar apresentação de forma estatística (VIEIRA, 2009).

A pesquisa exploratória é realizada com o objetivo de conseguir uma visão mais aproximada de determinada situação estudada. Ou seja, esse tipo de pesquisa é feita especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado, o que dificulta na formulação de hipóteses precisas (GIL, 2008). Logo, esse tipo de análise permite aumentar o conhecimento sobre um determinado problema.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados se inicia com a caracterização da amostra em relação a categoria que cada participante do estudo pertence dentro da instituição. O Gráfico 1 mostra que o maior índice de participação 85,71% foi procedente da categoria de estudantes, seguido dos professores 7,14%; funcionários administrativo 4,46%; e funcionários da área de serviços com 2,68% da amostra.

Gráfico 1- Frequência de participação de cada categoria



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em relação ao gênero dos participantes, 64 (57%) são do sexo feminino e 48 (43%) são do sexo masculino. Entretanto, se identificou que a maior parte da amostra é composta por indivíduos com a faixa etária entre 18 a 25 anos o que corresponde a (52,68%) dos participantes, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de faixa etária dos participantes do estudo

Faixa Etária	Frequência absoluta	%
De 18 a 25 anos	59	52,68%
De 26 a 30 anos	18	16,07%
De 31 a 35 anos	19	16,96%
De 36 a 40 anos	8	7,14%
Acima de 41 anos	8	7,14%
TOTAL	112	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

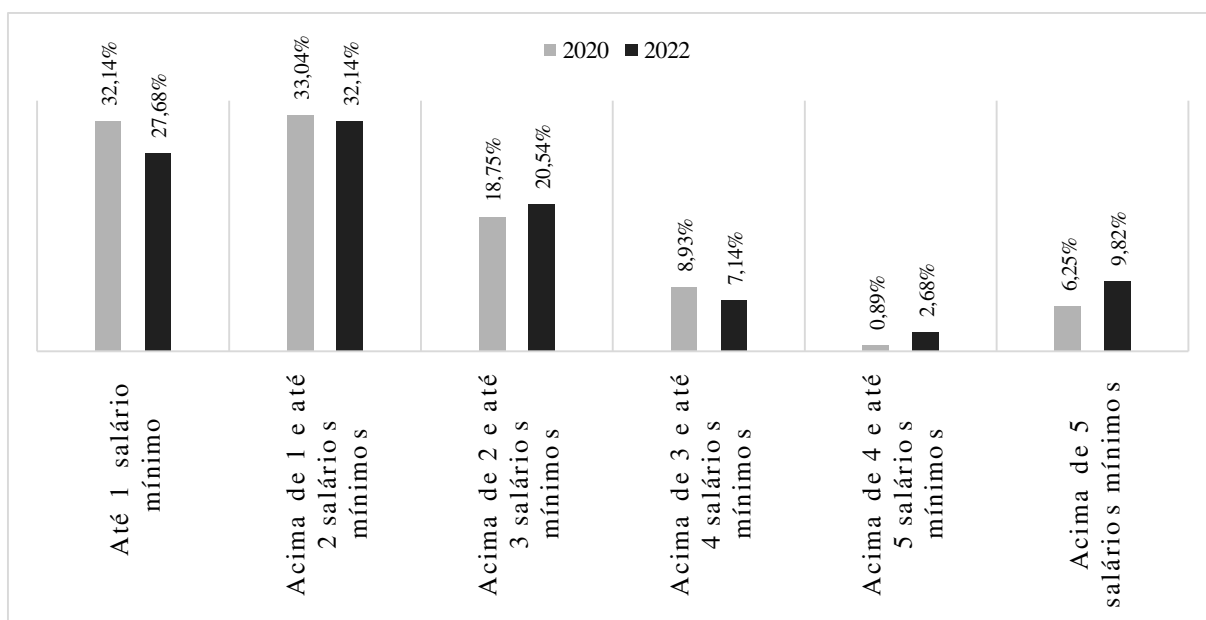
A seguir, a análise dos resultados vai avaliar os dados coletados com o fim de solucionar os objetivos específicos propostos no trabalho. No entanto, as análises foram estruturadas em três subtópicos: (i) Renda familiar durante a pandemia; (ii) Endividamento e hábitos financeiros; e (iii) Mercado de trabalho e políticas governamentais.

4.1 Renda familiar durante a pandemia

Com o intuito de entender como a renda das famílias estava estruturada na pandemia, foi realizada a comparação das faixas salariais dos participantes entre os anos de 2020 e 2022 sobre o rendimento atual do grupo familiar.

Analisando as informações do Gráfico 1, pode-se verificar que as famílias que se enquadravam na primeira faixa salarial, de até um salário mínimo, correspondiam a 32,14% da amostra em 2020. Entretanto, esse percentual teve uma queda de 4,46% em 2022, passando para 27,68% dos respondentes que afirmaram ainda pertencer a essa mesma faixa. Isso é um indicativo de que uma parcela pequena de indivíduos possivelmente subiu a sua faixa salarial em 2022. No entanto, nas faixas de renda média e mais alta, observou-se um crescimento no número de indivíduos que recebem até 3 e acima de 5 salários mínimos: no primeiro, o número de indivíduos, passando de 18,75% para 20,54%; no segundo, houve um incremento saindo de 6,25% para 9,82%. Ou seja, ao tratar de faixas de renda que tiveram maior crescimento, estas duas faixas foram as que obtiveram maior alteração dos índices ao comparar os períodos analisados.

Gráfico 2- Renda Familiar



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Por meio desse comportamento de variações no decorrer desses dois períodos, se compreende que durante a pandemia a renda domiciliar se manteve praticamente estável, com poucas mudanças entre cada grupo.

Tomando como base a classificação social utilizada pelo IBGE, e o salário mínimo vigente de R\$ 1.045,00 em 2020, foi possível fazer uma identificação das classes sociais por meio da renda familiar. A maioria dos participantes pertencia à classe E com a renda familiar entre R\$ 1.045,00 a R\$ 2.090,00, seguido da classe D, referente as famílias com rendimento entre R\$ 2.090,01 e R\$ 4.180,00 (ESPERANDIO, 2020).

No entanto, uma minoria pertence à classe social mais elevada em relação às demais, sendo a classe C com rendimento familiar entre quatro e dez salários mínimos, ou seja, acima de R\$ 4.180,01 a R\$ 10.450 reais. Dessa forma, evidencia-se que uma pequena parcela não se encontrava em situação financeira classificada como vulnerável durante a pandemia do COVID-19, visto que o governo federal instituiu alguns requisitos que classificavam as famílias em situação de vulnerabilidade como possuir a renda familiar *per capita* mensal ser de até 1/2 salário mínimo ou ter a renda em 3 salários mínimos (BRASIL, 2020a).

Percebe-se, então, que apesar de a renda familiar dos grupos ter se mantido relativamente estável durante a pandemia, houve certas movimentações nas faixas salariais entre 2020 e 2022, conforme visto anteriormente no Gráfico 1. A Tabela 2 traz de forma detalhada para onde ocorreu esse deslocamento dos indivíduos que contaram com mudança de faixa salarial no período.

Tabela 2- Mudanças ocorridas nas faixas salariais entre 2020 e 2022.

2020			2022											
Faixa	Freq.	%	1 SM	%	1-2 SM	%	2-3 SM	%	3-4 SM	%	4-5 SM	%	5 SM+	%
1 SM	36	32,1%	24	66,6%	10	27,7%	1	2,7%	-	-	-	-	1	2,8%
1 a 2 SM	37	33,0%	6	16,2%	22	59,4%	7	18,9%	-	-	1	2,7%	1	2,7%
2 a 3 SM	21	18,7%	1	4,7%	4	19,0%	11	52,3%	3	14,3%	1	4,7%	1	4,8%
3 a 4 SM	10	8,9%	-	-	-	-	3	30,0%	5	50,0%	1	10%	1	10%
4 a 5 SM	1	0,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100%
5 SM +	7	6,2%	-	-	-	-	1	14,3%	-	-	-	-	6	85,7%
TOTAL	112	100%	31	27,6%	36	32,1%	23	20,5%	8	7,14%	3	2,7%	11	9,82%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Iniciando a análise, percebe-se que 24 participantes (66%) da menor faixa de renda familiar permaneceram no grupo de até 1 salário mínimo (SM)– ou seja, é possível que tenha

havido mudanças salariais, porém, não o suficiente para ultrapassar a faixa inicial. Sendo assim, é importante frisar que a totalidade dos indivíduos foi contabilizada nos outros grupos, o que garante que não houve perda completa da renda. De certa forma, porém, houve uma estagnação da renda desse grupo durante os 2 anos de pandemia. Apesar disso, 10 pessoas (27,7%) tiveram um aumento da renda para a faixa de 1 a 2 salários mínimos, e outros 2 indivíduos conseguiram passar para faixas mais altas.

O grupo de 1 a 2 salários mínimos apresenta movimentação mais dinâmica, pois, houve tanto indivíduos que tiveram o aumento quanto que reduziram a renda. O aumento em questão, fez com que 7 indivíduos (18,9%) tivessem acréscimo de um salário a mais sobre a composição da renda familiar, passando para 2 a 3 salários mínimos. No entanto, nota-se a redução sobre a renda de 6 participantes (16,2%) para a menor faixa de 1 salário mínimo, significando a perda parcial do rendimento.

Dentre as faixas analisadas, o grupo que compõe 2 a 3 salários mínimos apresentou a movimentação mais interessante, já que foi a única faixa que contabilizou deslocamento de indivíduos para as demais. Observa-se que apenas 11 indivíduos, (52,3%) permaneceram na faixa de origem, o que indica que a renda desse grupo manteve-se estagnada durante o período analisado, não obstante, 5 indivíduos apresentaram queda na renda. Além disso, percebe-se que 3 indivíduos (14,3%) tiveram acréscimo de um salário deslocando-se para 3 a 4 salários mínimos, além disso, mais 2 pessoas atingiram as faixas mais altas.

A faixa de renda constituída por 3 a 4 salários mínimos, apresentou uma dispersão mais razoável entre as famílias, tendo apenas 3 indivíduos (30,0%) reduzido a renda para a faixa de 2 a 3 salários mínimos. Apesar disso, houve o aumento na renda de 2 pessoas para as maiores faixas apresentadas no estudo. Na faixa que compreende aos indivíduos que recebem acima de 5 salários mínimos permaneceu praticamente inalterável, tendo apenas a queda na renda de 1 indivíduo que passou para a faixa de 2 a 3 salários mínimos, no entanto, ao realizar a análise vertical identifica um aumento de participantes (9,82%) que mudaram para a renda mais alta, indicando a melhora sobre a renda destes indivíduos.

Assim, percebe-se que as mudanças que ocorreram sobre os rendimentos familiares foram se diversificando ao longo do período. De tal forma, que houvesse o crescimento da renda de alguns dos participantes em 2022 quando comparado ao ano que aconteceu o enfrentamento da pandemia em seu pleno ápice. Esse fenômeno de aumento de renda detectado em alguns grupos pode ser estudado em pesquisas futuras, mas é possível que a retomada do trabalho e a reabertura comercial ocorrida em 2022 tenha influenciado os resultados. Sendo assim, possui-se um resultado até certo ponto surpreendente: apesar de haver certa queda e também

estagnação da renda familiar para alguns grupos, houve também relevantes incrementos de renda para determinados grupos ao longo da pandemia. Sendo assim, mesmo com um cenário instável, houve oportunidades de crescimento de renda para certas famílias.

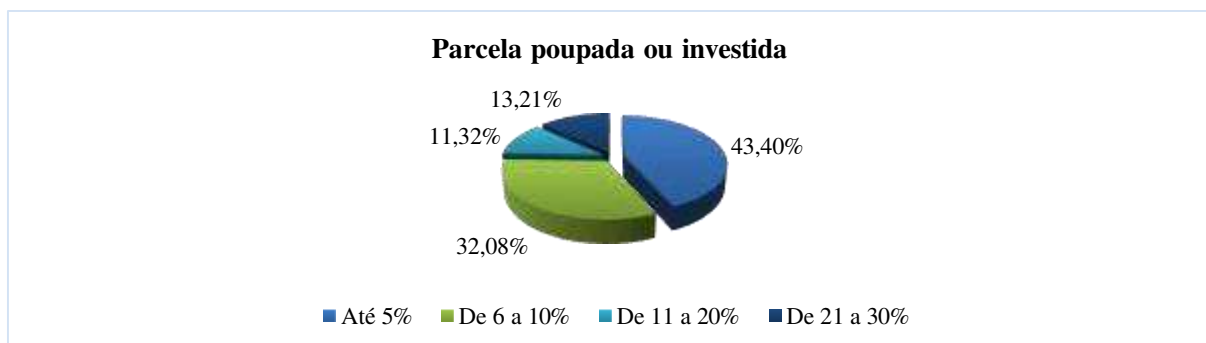
4.2 Endividamento e hábitos financeiros

Ainda sobre o aspecto financeiro, o estudo detectou que 52,68% dos participantes não economiza ou investe nenhuma parte da renda atualmente, indicando uma expressiva proporção daqueles que não possuem planejamento financeiro de longo prazo. Tal informação vai ao encontro com o já relatado anteriormente sobre a tendência maior de não haver o planejamento das finanças pessoais nos lares brasileiros (LUZ; AYRES; MELO, 2019).

Referente aos que poupam ou investem parte da renda, 47,32% já possui o conhecimento para gerir seus recursos financeiros, se preparando para futuras emergências e poupando quantias razoáveis conforme seu rendimento. Entretanto, é perceptível que ainda existem famílias que não conseguem administrar os seus gastos, o que se torna preocupante uma considerável parcela dos participantes não poupar ou investir.

Dando ênfase no assunto, o Gráfico 2 apresenta detalhadamente o percentual poupado ou investido entre aqueles que afirmaram economizar uma parte da renda. A maioria dos participantes tem a tendência de destinar percentuais menores do seu rendimento, seja para poupança ou para investir, sendo que 43,40% economiza até 5% da sua renda, e outra parcela de 32,08% direciona 6% a 10% para reserva. Esses números refletem o fator da renda familiar, onde praticamente todos da amostra da pesquisa se enquadram nas classes mais baixas, e devido a isso, os indivíduos possuem menos renda disponível para poupar, já que os gastos básicos consomem grande parte de seus rendimentos. Já outra parcela, correspondente a 13,21% dos participantes, afirmou investir ou poupar uma parte mais expressiva da renda, no entorno de 21% a 30%.

Gráfico 3 - Percentual da renda poupada ou investida.

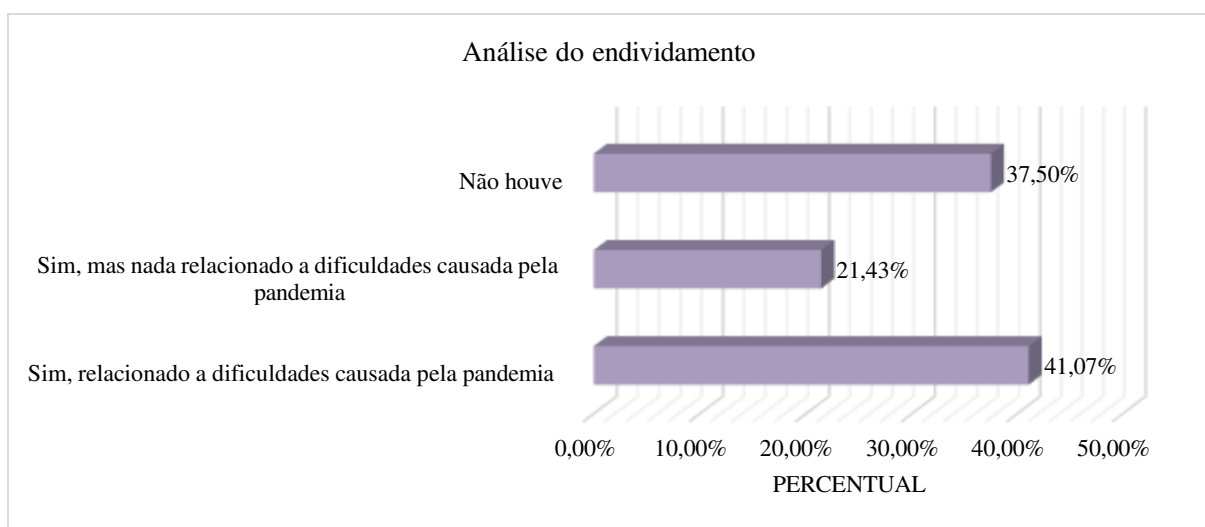


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Embora o estudo tenha detectado diferentes perfis de poupadores, nota-se que uma grande parte dos participantes está interessada em constituir uma reserva financeira, seja para qual for a sua finalidade. É possível que essa característica esteja associada ao fato de a população do estudo ser de indivíduos pertencentes a comunidade acadêmica de ensino superior, e não obstante, da área de administração e contabilidade, um contexto que possibilita e incentiva o acesso a informações das áreas relacionadas a finanças e administração de recursos.

Quando questionados sobre o endividamento familiar durante a pandemia, 41,07% dos participantes afirmaram ter sofrido um aumento de dívidas devido às dificuldades impostas pela pandemia, conforme expresso no Gráfico 3. Entretanto, outra parcela de 21,43% frisou ter tido o aumento no número de dívidas, porém não estando associado com o contexto da pandemia. Por fim, 37,50% dos participantes destacaram que o momento da pandemia não contribuiu para o aumento do endividamento.

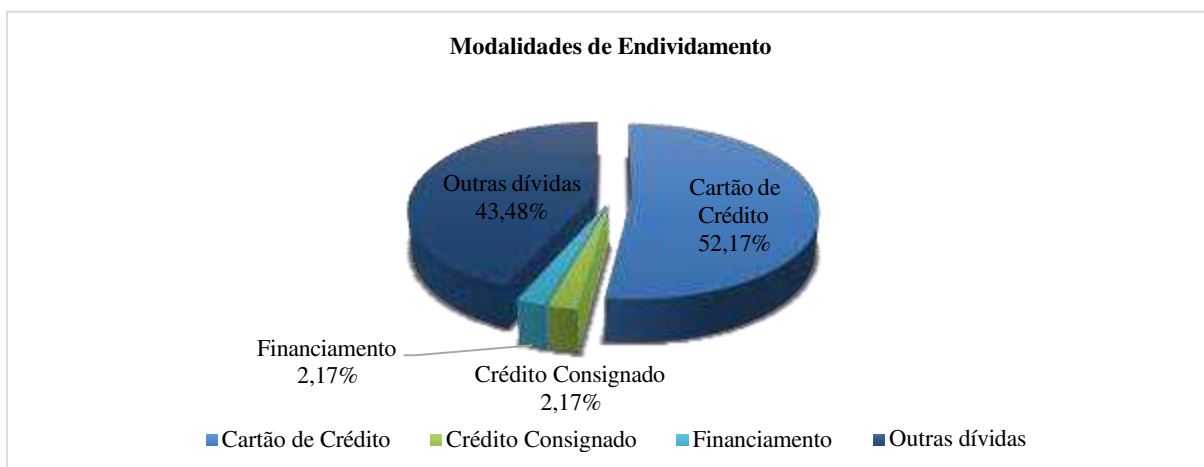
Gráfico 4 - Análise do endividamento



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Como o estudo tem o foco nos agravamentos socioeconômicos causados pela pandemia, a análise foi aprofundada para o grupo que relatou ter tido aumento do endividamento que corresponde aos 41,07%. O Gráfico 4 a seguir traz as principais modalidades que contribuíram para o aumento de endividados no meio familiar.

Gráfico 5 - Modalidades de Endividamento



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O cartão de crédito foi o meio mais apontado pelos participantes para o aumento do índice de endividamento durante a pandemia, com 52,17% reconhecendo a redução da renda devido ao aumento do uso dessa linha de crédito. O estudo vai na mesma direção da pesquisa realizada pela (CNC, 2021), mostrando que as famílias realmente se endividaram nesse período de tempo com essa modalidade de dívida.

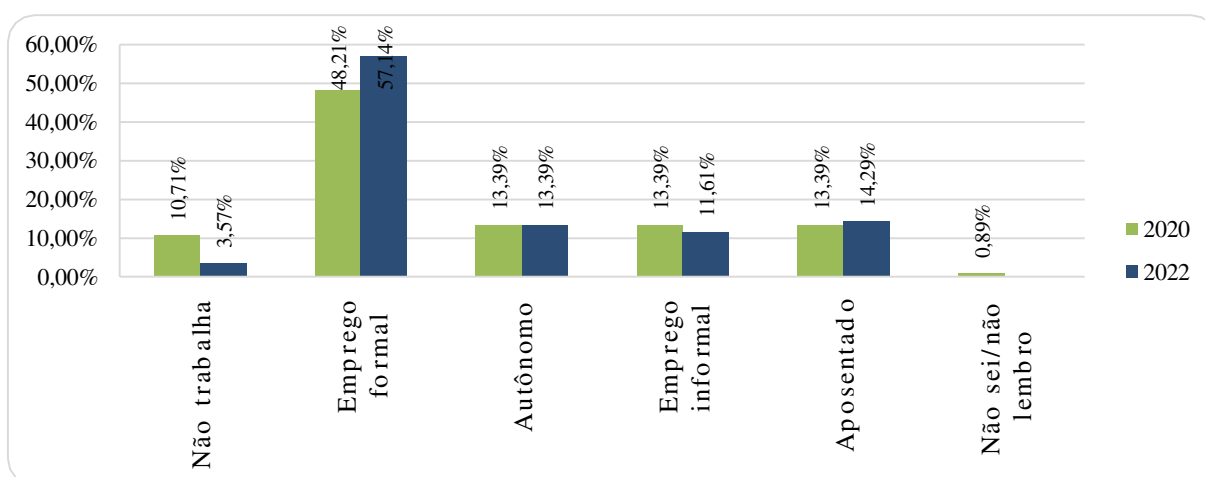
Esse alto índice de endividamento com o cartão de crédito pode ser explicado pelo fato de que, durante a pandemia, o crédito foi um dos principais meios de pagamento recorrido para se suprir as necessidades básicas. Embora essa modalidade tenha sido de suma importância para muitas famílias durante a pandemia, seu uso excessivo e inadequado tem contribuído para o aumento de endividados. Ou seja, o cartão de crédito, por ser uma forma de empréstimo e de rápida disponibilidade, se tornou muito atrativo. Entretanto, muitas pessoas desconhecem os juros rotativos, visto que o Brasil possui uma das taxas mais altas do mercado (BACEN, 2018). Esse fator é o real motivo de muitas pessoas acabarem se endividando, visto que a falta de pagamento da dívida em curto prazo acarreta em juros subsequentes, formando uma “bola de neve”.

A seguir vêm as dívidas de longo prazo adquiridas durante a pandemia, como o financiamento, que foi apontado por 2,17% dos participantes, o que levou ao aumento da retenção da renda das famílias que assumiram uma obrigação a longo prazo, comprometendo uma parte da renda que poderia ser usufruída ou poupada. Em seguida, vem o crédito consignado, também com 2,17% dos participantes destacando essa modalidade.

4.3 Mercado de trabalho e políticas governamentais

Com relação ao mercado de trabalho, o Gráfico 5 mostra que durante a pandemia do COVID-19 os índices de desemprego e trabalhadores em situação de informalidade foram altos. Como discutido no referencial teórico, a pandemia ocasionou distorções altas no mercado de trabalho, levando a quedas nos indicadores normais de empregabilidade e aumento do desemprego (MATTEI; HEINEN, 2022). Acerca disso, fica evidente que o resultado de 10,71% dos participantes da pesquisa estarem desempregados nesse período esteja possivelmente associado às instabilidades da época.

Gráfico 6 - Situação ocupacional no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

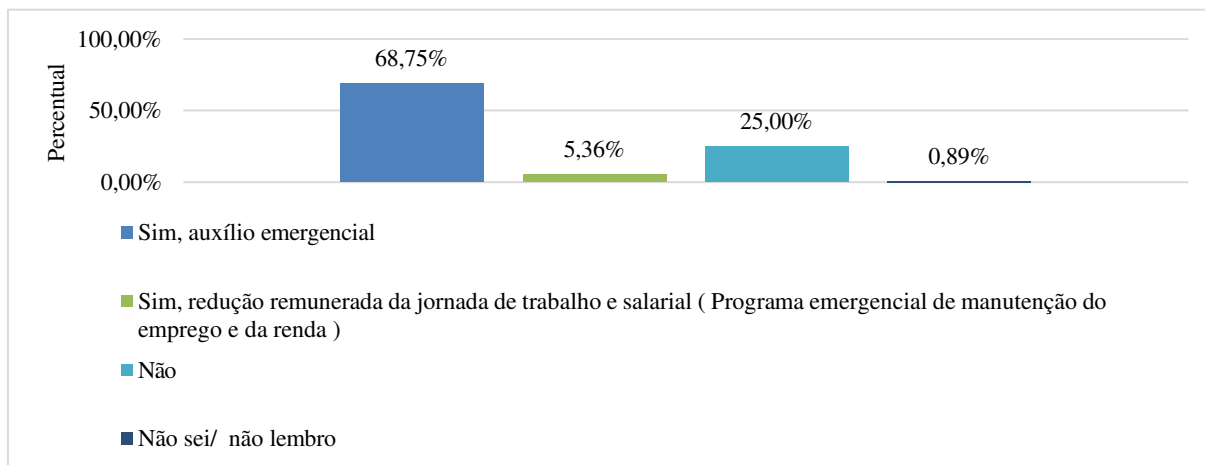
No entanto, a flexibilização das medidas impostas ao setor comercial em 2022 permitiu a reabertura dos setores mais afetados pelo isolamento social. Isso permitiu que trabalhadores em idade ativa, mas desempregados, retornassem ao mercado, o que explicaria a queda para 3,57% no índice de desempregados com a pandemia já sob controle, e a elevação no número de trabalhadores formais. Ou seja, a instabilidade presente no mercado no decorrer da pandemia diminuiu à medida que a propagação do vírus foi sendo contida.

Assim, observa-se um crescimento no índice de trabalhadores com vínculo empregatício regular, representando 57,14% em 2022 – um aumento de 8,93% em relação ao período anterior. Além disso, não houve mudança no índice de número de trabalhadores autônomos.

Em relação às políticas governamentais tomadas durante a pandemia, para enfrentar a vulnerabilidade desse período, foi identificado que 74,11% dos participantes afirmaram que pelo menos um membro da família se beneficiou com algum programa. O Gráfico 6 traz que a maioria 68,75% mencionou o auxílio emergencial como benefício adquirido, tornando evidente

a desproteção dos participantes perante à pandemia, visto que o benefício em questão foi desenvolvido apenas para fornecer proteção aos indivíduos em situação de vulnerabilidade para o enfrentamento da crise econômica nesse período (BRASIL, 2020).

Gráfico 7- Índice de beneficiados pelos programas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Quando tratado sobre a redução da jornada de trabalho e salarial, 5,36% disseram ter sido beneficiados na pandemia com o programa (PEMER). Isso evidencia que o indicador do programa, que tinha a intenção de afastar os trabalhadores do seu ambiente de trabalho habitual durante a pandemia, conseguiu afastar uma pequena parcela dos trabalhadores ativos do mercado de trabalho na amostra investigada. Entretanto, 25% afirmou não ter recebido nenhum tipo de benefício durante a pandemia. É possível que nenhum membro do grupo familiar preenchia os requisitos necessários para garantir a elegibilidade aos programas assistenciais.

Dessa forma, os resultados encontrados permitiram alcançar os objetivos propostos na pesquisa, a partir das análises que revelaram informações surpreendentes ocorridas em dois momentos distintos durante a pandemia. O primeiro momento marcado pela contaminação do vírus que se encontrava em seu pleno ápice e num segundo momento com a pandemia já sob controle.

A análise realizada em cima da composição da renda familiar dos participantes, encontrou movimentações inesperadas nas faixas salariais. A partir disso observou-se que houve tanto a queda como a estagnação da renda de alguns grupos, além de ocorrer consideráveis incrementos sobre a renda ao longo da pandemia. Assim sendo, percebe-se que mesmo com a instabilidade presente na pandemia, houve famílias que tiveram o aumento da renda. Esses resultados permitiram responder ao primeiro objetivo específico do trabalho, do

qual pretendia identificar o perfil socioeconômico das famílias da comunidade acadêmica, tendo verificado três perfis de classes com base na métrica utilizada pelo IBGE. Sendo em sua maioria enquadrados nas classes D e E de menor rendimento e uma minoria na classe C com renda média.

Referente ao segundo objetivo trabalhado, este foi alcançado ao descobrir que 41,07% dos participantes afirmaram que tiveram o aumento do endividamento em decorrência da pandemia que por conseguinte identificaram-se as dívidas que colaboraram para o aumento de endividamento no meio familiar sendo o cartão de crédito, financiamento e o crédito consignado. Ou seja, durante a pandemia a aquisição de dívidas associadas a instituições financeiras foram as que mais contribuíram para que as pessoas se endividassem, uma vez que os aspectos comportamentais observados neste período impactaram a condição das famílias, levando a categoria de endividado.

O mercado de trabalho também evidenciou resultados interessantes, tendo o nível de desemprego reduzido e aumento do índice de empregabilidade entre os participantes ingressantes no mercado formal em 2022. Porém, houve distorções detectadas no período antecedente ao apresentado, com o alto índice de desempregados durante a pandemia que por conseguinte possivelmente favoreceu para que a renda se mantivesse estagnada.

Por fim, obteve-se a resposta do terceiro objetivo apresentado, que verificou que algumas famílias do estudo foram beneficiadas pelas políticas governamentais durante a pandemia. Sendo o auxílio emergencial o principal benefício recebido para complementar a renda familiar, além de uma minoria, 5,36% aderiu ao programa PEMER para manter o trabalhador no mercado. Ou seja, a implementação de programas assistenciais foi essencial para prover a manutenção da renda e emprego durante o processo de enfrentamento a pandemia.

5 CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 afetou não somente a saúde física da sociedade, mas impactou de forma generalizada todos os setores da economia brasileira, o que por conseguinte acabou intensificando problemas que estão constantemente no meio social. O aumento do desemprego e do endividamento, que registraram alta nos índices durante a pandemia, que acometeu a camada mais suscetível da população, expondo as dificuldades que marcaram esse momento de incerteza.

Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs a entender como a pandemia afetou os orçamentos e o endividamento das famílias da comunidade acadêmica, por meio de um estudo.

Ao realizar as análises dos dados foi possível atingir ao primeiro objetivo específico, identificando na amostra que a maior parcela das famílias se enquadrava nas classes mais vulneráveis seguindo a classificação do IBGE. Além disso, a renda familiar apresentou movimentações interessantes, com alguns grupos tendo queda sobre a renda e outros havendo aumento na renda, sem um padrão claro. Apesar disso, um certo nível de estabilidade prevaleceu sobre o rendimento da maioria dos participantes que tiveram a renda estagnada ao longo dos períodos analisados. Esse foi um resultado que chamou atenção, dado que previamente à pesquisa acreditava-se que o movimento de queda de renda seria prevalecente.

Em seguida, o segundo objetivo específico propunha verificar o endividamento nas famílias dos participantes, identificando as principais modalidades de dívidas. Durante a pandemia se constatou que 41,07% obtiveram o aumento do índice de endividamento entre as famílias, tendo como principal responsável desse dispêndio o cartão de crédito, além do financiamento e crédito consignado.

É importante salientar a questão do endividamento no ambiente familiar, pois as famílias precisam repensar o modo de como administram os recursos financeiros que compõem o orçamento doméstico. Embora o assunto seja destacado no contexto pandêmico, é imprescindível que cada vez mais essa temática seja debatida de forma ampla na sociedade. O que permite as pessoas refletir sobre determinadas ações tomadas geralmente por falta de informação e, conseqüentemente, afetar diretamente a renda do grupo, e como resultado tornar suscetível ao endividamento e, em casos extremos, a inadimplência.

Por último, o terceiro objetivo foi atingido ao evidenciar que a maioria dos participantes (74,11%) se beneficiou dos programas implementados durante a pandemia, com a maior parcela dos beneficiários recebido o auxílio emergencial e uma minoria ao PEMER. Isso mostra o quanto esses programas de transferência de renda ao longo da pandemia contribuíram para o complemento da renda de diversas famílias.

Este trabalho é uma contribuição para que a sociedade tome conhecimento de como a pandemia ocasionou distorções na economia familiar, elevando o índice de endividamento no meio familiar mais vulnerável, haja vista que foi a camada social mais afetada com os impactos. No entanto, como o estudo se limitou apenas a uma amostra específica de um grupo relacionado ao ensino superior, isso dificulta a generalização dos resultados encontrados na pesquisa. É possível que com outro grupo o resultado seja diferente do apresentado devido a diferenças que possam existir em ambos os grupos.

A temática levantada não se esgota neste estudo, pois outras pesquisas poderão subsidiar e encontrar problemas no entorno desse tema, visto que os impactos da pandemia poderão ser

sentidos por vários anos, como mencionado anteriormente, dado que o nível de pobreza tenderá crescer em decorrência desse período vivenciado. Seria interessante que outros trabalhos pudessem reproduzir esse estudo em outra instituição, mas com uma amostra maior e que não se limitasse a um grupo específico. Outra possibilidade seria buscar entender como o endividamento desses grupos poderia afetar a economia brasileira em geral. O estudo também abre espaço para indicação de pesquisa com abordagem qualitativa que estudasse os motivos que fizeram com que a renda aumentasse entre os indivíduos que tiveram incrementos na renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABBIE, Earl; Tradução de Guilherme Cezariano. **Métodos de pesquisas de survey**. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BACEN. Fluxo financeiro e impulso de crédito. **Estudo Especial** nº110/2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE110_fluxo_financieiro_e_impulso_credito.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BACEN. Relatório de Economia Bancária 2017. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REB_2017.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BACEN. Indicadores de endividamento de risco e perfil do tomador de crédito. **Estudo Especial** nº 80/2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE080_Indicadores_de_endividamento_de_risco_e_perfil_do_tomador_de_credito.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, suppl 1 [Acessado 25 Dezembro 2022], pp. 2411-2421. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>>. Epub 05 Jun 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Revista Perspectiva**. Rio Grande do Sul, v.39, n. 146, p. 111-123, 2015.

BRASIL. Lei n.13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de abr. de 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>>. Acesso em: 25 Jun. 2022.

BRASIL. Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 07 fev. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1 de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Brasília, DF, 01 abr. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Nierdhardt; FERREIRA, Leandro Teodoro. Eventos focalizadores e a pandemia da COVID-19: a renda básica emergencial na agenda governamental brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 644-661, 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Auxílio Emergencial 2021. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 01 jul.2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2021>. Acesso em: 04, jul.2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico especial: Doença pelo novo coronavírus COVID-19. Brasília. Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-118-boletim-coe-coronavirus.pdf/view>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CNC. Peic abril 2021: Endividamento alcança recorde histórico em abril. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplenciado-consumidor-peic-abril-de-2021/334206>. Acesso em: 07 mai.2022.

COSTA, S. DA S. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista de administração pública**, v.54, n°.4 pág.969-978,2020.

CORSI, Francisco Luiz. O capitalismo global e a pandemia. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 1, n. 4, p. 212-233, 2020.

DAURA, Samir Alves. O agravamento das consequências do superendividamento dos consumidores durante as crises geradas pela pandemia da covid-19: Boa- fé objetiva como norte para as dívidas de consumo. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, vol.14, n.2, p. 01 -25, mai. 2020.

DE SOUZA, Diego Rafael Ceconi; FORMENTINI, Francieli. Superendividamento: um olhar a partir do consumidor em tempos de pandemia. **Salão do Conhecimento**, v,7, n.7,2021.

ESPERANDIO, César. Você sabe se é rico ou pobre? Descubra se pertence à classe A, B ou C. **Econoweb**,2020. Disponível em <https://economia.uol.com.br/colunas/econoweb/2020/09/25/classe-a-b-ou-c.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 04, jan. 2023.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. Métodos quantitativos estatísticos. **IESDE Brasil**. 1.ed. Curitiba,2008.

GURGEL, Aline do Monte. et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n°.12, pág.4945-4956,2020.

HAIR JR., J.F. et al. Análise Multivariada de Dados. 7. ed. Harlow: Pearson, 2014.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Rio de janeiro 2021.Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/codo.html>. Acesso em: 22 jan. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O IBGE apoiando o combate à COVID-19**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: [https:// covid-19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php](https://covid-19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php). Acesso em: 23 jul. 2022.

JUNIOR, Ivo Pedro Gonzalez; MELO, Edinaldo Rodrigues; SILVA, Kelvio Santos. Orçamento familiar como ferramenta de auxílio no gerenciamento dos recursos financeiros de pais universitários. **Ideias e Inovação-Lato Sensu**, v.4, n. 3, p.131-131, 2018.

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração**, v. 50, p. 169-182,2015.

LUZ, Elton John Ferreira; AYRES, Marcos Aurélio Cavalcante; Melo, Maria Aldiléia Silva. Orçamento Familiar: uma análise acerca da educação financeira. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 206-218, 2019.

MARINS,M.T.et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**, v.36, nº2, pág.669-692,2021.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Revista Katálýsis**, v. 25, p. 43-61, 2022.

MATTEI, Lauro; HEINEM, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v.40, nº 4, p.647-668,2020.

MELONIO, L. da CC.; CEZERE, MLS de.; OLIVEIRA, W. de C. Regressividade financeira: investigando o impacto econômico durante a pandemia do coronavírus COVID-19 na família brasileira. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 11, 2021.

PECI, Alketa. A resposta da administração pública brasileira aos desafios da pandemia. **Revista de Administração Pública**, v. 54, pág. 1-3, 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Financiamento da Covid-19, inflação e restrição fiscal. **Revista de Economia política**, [s. l.], ano 2020, v. 40, ed. 4, 16 out. 2020.

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária 2017. Brasília, 2018.137 p.

RIBEIRO, Quetsia Dantas Magalhães et al. A educação financeira como política pública no Brasil e seus impactos no orçamento familiar. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v.10, n.9, 2021.

SERASA. **Pesquisa 2021: Endividamento**. 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-endividamento/> Acesso em: 21, abr. 2022.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.19, 2020.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO-TCLE



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CODÓ-CESCD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do Projeto de Pesquisa intitulado Endividamento no contexto pandêmico: uma análise do orçamento doméstico de famílias da comunidade acadêmica de Codó, com o seguinte objetivo é analisar os orçamentos das famílias das comunidades acadêmicas de Codó durante a pandemia. A Pesquisa está sendo realizada sob a orientação do professor Mateus Feld.

Caso queira participar, terá garantia do sigilo do seu nome e acesso à pesquisa com os dados pesquisados, podendo retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Em caso de dúvidas ou perguntas, solicite a qualquer momento explicações adicionais, dirigindo-se a:

Pesquisadora responsável: Daniela dos Reis Sousa

E-mails: reissousadaniela@gmail.com

Fone: (99) 98832-4015

Nome do professor: Me. Mateus Feld

E-mails: mateusfeld@outlook.com

Fone: (51) 99407-0650

Declaro que obtive informações sobre o projeto de pesquisa e, de posse da minha plenitude intelectual e legal, confirmo o meu consentimento e participação na referida pesquisa.

Assinatura do sujeito de pesquisa

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICANTES

2. 1. Qual sua idade? *

3. 2. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

4. 3. Qual sua posição na comunidade acadêmica de sua instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aluno (a)
- ☐ Professor (a)
- ☐ Funcionário administrativo
- ☐ Funcionário da área de serviços gerais, manutenção, limpeza, entre outros

5. 4. Quantas pessoas moravam na sua casa durante o período da pandemia (2020 e 2021)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Somente eu
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 a 4 pessoas
- ☐ 5 ou 6 pessoas
- ☐ Mais de 6 pessoas

6. 5. Quantas pessoas moram na sua casa atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Somente eu
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 ou 4 pessoas
- ☐ 5 ou 6 pessoas
- ☐ Mais de 6 pessoas

7. 6. Durante o período da pandemia (2020 e 2021), quem era o principal provedor de sua residência em termos financeiros, ou seja, o responsável pelo orçamento familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Eu
- ☐ Um dos parentes com quem eu morava
- ☐ Meu cônjuge / parceiro(a)

8. 7. Atualmente, quem é o principal provedor de sua residência em termos financeiros, ou seja, o responsável pelo orçamento familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Eu
- ☐ Um dos parentes com quem eu morava
- ☐ Meu cônjuge / parceiro(a)

9. 8. Referente ao principal responsável pelo orçamento de sua família: qual era o status de ocupação antes da pandemia (Março de 2020)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não trabalhava
- ☐ Trabalhava em emprego assalariado/formal
- ☐ Trabalhava em emprego informal
- ☐ Trabalhava como autônomo / empresário
- ☐ Aposentado
- ☐ Não sei / não lembro

10. 9. Referente ao principal responsável pelo orçamento de sua família: qual o status de ocupação atual? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não trabalha
- ☐ Trabalha em emprego assalariado/formal
- ☐ Trabalha em emprego informal
- ☐ Trabalha como autônomo / empresário / dono de negócio
- ☐ Aposentado

11. 10. Considerando as pessoas que moram com você: durante o período da pandemia (2020 e 2021), houve piora ocupacional de algum membro de sua família? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, perda de emprego por consequência da pandemia.
- ☐ Sim, redução forçada de jornada e renda por consequência da pandemia.
- ☐ Sim, necessidade de encerrar um negócio próprio
- ☐ Não houve piora ocupacional.

12. 11. Antes da pandemia, qual era a média da renda mensal de sua família? *
(Considerando todas as pessoas que moravam com você)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ Acima de 1 e até 2 salários mínimos
- ☐ Acima de 2 e até 3 salários mínimos
- ☐ Acima de 3 e até 4 salários mínimos
- ☐ Acima de 4 e até 5 salários mínimos
- ☐ Acima de 5 salários mínimos

13. 12. Atualmente, qual é a média da renda mensal de sua família? *
(Considerando todas as pessoas que moravam com você)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ Acima de 1 e até 2 salários mínimos
- ☐ Acima de 2 e até 3 salários mínimos
- ☐ Acima de 3 e até 4 salários mínimos
- ☐ Acima de 4 e até 5 salários mínimos
- ☐ Acima de 5 salários mínimos

14. 13. Qual foi o impacto da pandemia do COVID-19 sobre a sua renda familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não houve impacto
- ☐ Durante a pandemia a renda da família diminuiu
- ☐ Durante a pandemia a renda da família aumentou
- ☐ Houve impacto na renda, mas não estar atribuída a pandemia
- ☐ Houve aumento na renda, mas não estar atribuído a pandemia

15. 14. O grupo familiar está acostumado a economizar parte de sua renda, ou seja, tem o hábito de poupar e/ou investir? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 16*
☐ Não *Pular para a pergunta 17*

16. 15. Qual parcela da renda familiar você diria que é poupada ou investida mensalmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ até 5%
☐ de 5 a 10%
☐ de 11% a 20%
☐ de 21% a 30%
☐ Acima de 30%

17. 16. Antes da pandemia, sua família fazia parte de algum programa de benefício social / transferência de renda do governo? (Exemplo: Bolsa Família) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

18. 17. Durante a pandemia, houve algum membro de sua família beneficiado pelas medidas emergenciais do governo no combate aos efeitos da pandemia sobre a renda e emprego? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, auxílio emergencial
- ☐ Sim, redução remunerada da jornada de trabalho e salário (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda)
- ☐ Não
- ☐ Não sei / não lembro

19. 18. O quão importante você diria que foi o benefício recebido pelo governo na formação do seu orçamento familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada importante (não fez diferença no orçamento)
- ☐ Um pouco importante (auxiliou em algumas despesas)
- ☐ Muito importante (auxiliou nas principais despesas)
- ☐ Extremamente importante (foi essencial para a família)

20. 19. Durante a pandemia, houve dificuldades em sua família para cumprir com as obrigações financeiras? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Houve grande dificuldade em manter as contas em dias
- ☐ Houve pouca dificuldade
- ☐ Nenhuma dificuldade encontrada
- ☐ Sem condições em arcar com as obrigações

18. 17. Durante a pandemia, houve algum membro de sua família beneficiado pelas medidas emergenciais do governo no combate aos efeitos da pandemia sobre a renda e emprego? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, auxílio emergencial
- ☐ Sim, redução remunerada da jornada de trabalho e salário (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda)
- ☐ Não
- ☐ Não sei / não lembro

19. 18. O quão importante você diria que foi o benefício recebido pelo governo na formação do seu orçamento familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada importante (não fez diferença no orçamento)
- ☐ Um pouco importante (auxiliou em algumas despesas)
- ☐ Muito importante (auxiliou nas principais despesas)
- ☐ Extremamente importante (foi essencial para a família)

20. 19. Durante a pandemia, houve dificuldades em sua família para cumprir com as obrigações financeiras? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Houve grande dificuldade em manter as contas em dias
- ☐ Houve pouca dificuldade
- ☐ Nenhuma dificuldade encontrada
- ☐ Sem condições em arcar com as obrigações

21. 20. Você considera que a crise financeira desencadeada na pandemia contribuiu de alguma forma para que sua família adquirisse novas dívidas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

22. 21. Em sua família, houve endividamento (ou aumento de endividamento) durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, relacionado a dificuldades causadas pela pandemia
Pular para a pergunta 23
- ☐ Sim, mas nada relacionado a dificuldades causadas pela pandemia
Pular para a pergunta 23
- ☐ Não houve

23. 22. Dentre essas modalidades, qual é a que comprometeu a maior parte da renda do grupo familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Cartão de crédito
- ☐ Cheque especial
- ☐ Crédito consignado
- ☐ Aluguel
- ☐ Financiamento
- ☐ Outras dívidas